

EAD NO ACRE: DISTÂNCIAS REAIS E IMAGINÁRIAS PERCEBIDAS PELOS ESTUDANTES DA REDE E-TEC BRASIL, NO MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO.

Maria José de Lima Bezerra¹, Carlos Alberto Dallabona²

¹UFSC - Curso de Especialização em Gestão e Docência em EaD 2014 ,
maralimabezerra@gmail.com

²Universidade Federal Tecnológica do Paraná – Orientador da monografia do Curso de Especialização em Gestão e Docência em EaD.2013, dallabona@utfpr.edu.br

Resumo – Este estudo tem como objetivo proceder à caracterização das distâncias reais e imaginárias percebidas pelos estudantes da Rede e-Tec Brasil, no município de Manoel Urbano, norteando-se pelos pressupostos teóricos considerados como requisitos básicos de qualidade dos cursos a distância e dos pressupostos estabelecidos, a partir das concepções sobre a formação em EaD relacionadas à cultura e ao imaginário social dos estudantes e da comunidade. Defende-se que, embora a inclusão das tecnologias da informação e da comunicação seja concebida como um mecanismo de aproximação de distâncias, se as condições estruturais previstas no projeto do curso não forem atendidas e nem monitoradas as interferências na aprendizagem em decorrência da influência de fatores contextuais relacionados à cultura e ao imaginário social dos atores da aprendizagem durante a execução do curso, tais mecanismos podem favorecer o estabelecimento de distâncias. Adotou-se a metodologia a pesquisa do tipo levantamento, que propõe uma amostra, a partir da qual as conclusões são projetadas a toda a população. Os resultados evidenciaram que algumas distâncias percebidas pelos estudantes ocorreram de forma pontual, sendo superadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem, enquanto outras foram recorrentes e interferiram, negativamente, na aprendizagem, sem comprometer, porém, a qualidade do curso em sua totalidade.

Palavras-chave: Educação a Distância. Mediação da Aprendizagem. Tecnologias da Informação e da Comunicação. Distâncias reais e imaginárias. Rede e-Tec Brasil.

Abstract – This study aims to carry out the characterization of the real and imaginary distances perceived by students and Network - Tec Brazil , in the city of Manoel Urbano , guiding himself by theoretical assumptions considered basic requirements of quality of distance education courses and assumptions established from the conceptions on training in distance education related to culture and social imagination of the students and the community. It is argued that although the inclusion of information and communication technologies is conceived as a mechanism of approximation of distances , the structural requirements of the course project are not met nor monitored interference in learning due to the influence of factors contextual related to culture and social imagination of the actors learning during the execution of the course , such mechanisms may favor the establishment of distances. It was adopted as the research methodology of the survey type , which proposes a sample from which conclusions are projected to the entire population . A desk review of the Distance Education legislation and

literature review that is based on studies of Galvanin (2005) , Silva (1997) , Tori (2010) , Barbosa and Rezende (2006) , Mugnol (2009) , Alves (2011) and Moran (2011) formed the theoretical research. The results showed that some distances perceived by students occurred sporadically , overcome along the teaching and learning process, while others were recurrent and interfere negatively in learning , without , however , compromising the quality of the course in its entirety.

Keywords: Distance Education. Mediation of Learning. Information Technology and Communication. Real and Imaginary Distances. Network-Tec Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico impulsionou o crescimento da EaD, alterando seu formato na oferta de cursos. No Brasil, esta modalidade de ensino progrediu de cursos ofertados por correspondência, concebidos segundo o modelo fordista de divisão de tarefas, baseados na transmissão de informação e no cumprimento de objetivos, para uma proposta educacional mais aberta, flexível, humanista e menos tecnocrata, caracterizada pela ênfase na construção do conhecimento e em processos reflexivos. Nessa nova configuração da EaD, destacam-se os pressupostos estabelecidos como garantia de qualidade dessa formação a utilização da tecnologia da informação e da comunicação como um recurso que favorece a aproximação de distâncias entre o estudante e a aprendizagem; a relação aluno x professor, referenciada no acompanhamento do estudante como condição da interação presencial ou à distância; a designação de uma instituição responsável pelo curso; a elaboração ou seleção de materiais instrucionais por especialistas que integram a equipe multidisciplinar; a participação de um tutor designado para acompanhar o aluno, auxiliando-o em suas tarefas ou orientando-o em suas dúvidas; e a orientação para que a avaliação do estudante seja feita em processo e no final das etapas do trabalho educativo.

Apesar das reformulações estruturais que orientam a oferta atual de EaD, o reconhecimento de sua importância baseada na qualidade do ensino e da aprendizagem, ainda, não é consenso entre os estudiosos. Sobre esta questão, não é interesse da pesquisa aprofundá-la, uma vez que o foco é um estudo sobre as distâncias reais e imaginárias.

Por “distâncias”, entendem-se os fatores que interferem na qualidade da oferta dos cursos, quer sejam decorrentes do comprometimento da inclusão da tecnologia e da nova organização curricular que caracterizam os cursos atuais, quer sejam relacionadas ao preconceito que ainda reside no imaginário das pessoas quanto aos cursos à distância.

Baseando-se no conceito de distância, a pesquisa diferencia a “distância real” - relacionada aos fatores estruturais e curriculares, de “distância imaginária” - relativa aos preconceitos que ainda residem na cultura e no imaginário das pessoas.

Conforme se pode observar, a investigação sobre as distâncias reais e imaginárias no contexto da dinamização e da projeção da EaD, se constitui em uma boa justificativa para realização deste estudo. No entanto, outras razões são elencadas como o interesse pessoal da pesquisadora pelo tema.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo geral caracterizar as distâncias reais e imaginárias percebidas pelos estudantes da Rede e-Tec no Acre, durante a execução dos cursos, em 2012, no município de Manoel Urbano.

2. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A REFORMA EDUCACIONAL DA DÉCADA DE 1990.

A EaD (educação a distância), ao longo de sua trajetória no mundo e no Brasil, vem experimentando um crescimento bastante significativo. Esse crescimento, do ponto de vista histórico, pode ser atribuído, principalmente, aos avanços tecnológicos, à criação de instituições especializadas em projetos formais de EaD, à institucionalização de políticas educacionais voltadas para a formação à distância e, porque não arrolar entre esses fatores, as transformações econômicas, políticas e sociais das últimas décadas orientadas pela globalização dos mercados internacionais, as quais influenciaram, sobremaneira, as reformas educacionais propostas para os países do terceiro mundo, na medida em que, no contexto de uma economia global, o conhecimento assume papel fundamental na produção de riqueza, deslocando a atenção dos governos, também, para a necessidade de investimentos em educação e na qualificação de seus cidadãos e trabalhadores.

A reforma educacional brasileira, da década de 1990, teve suas bases nas demandas oriundas do processo de reestruturação da organização do trabalho capitalista e dos novos modelos de gestão. Embora a polêmica em torno da existência de uma relação entre inovação tecnológica, educação e qualificação para trabalho já estivesse colocada nos países capitalistas desenvolvidos desde a década de 70, é somente no final dos anos 80 que esta questão ganha notabilidade no Brasil. (GALVANIN, 2005).

Nesta perspectiva, a reforma educacional é amplamente influenciada pelas demandas do sistema de produção, pois na medida em que o processo produtivo se modifica e os mecanismos de produção evoluem de mecânico para o tecnológico, a produção passa a requerer também a atualização na formação do trabalhador, a fim de que seus conhecimentos e técnicas atendam às necessidades demandadas por este sistema (GALVANIN, 2005). Como consequência, o Brasil assume em seu discurso oficial a necessidade de aumentar a escolaridade da população como alternativa para a inserção da economia nacional no contexto mundial, orientado pela globalização.

Embora a necessidade de aumentar a escolaridade da população seja apresentada como o discurso oficial do governo, orientando, portanto, as mudanças empreendidas para o alcance de uma educação pública de qualidade conforme registradas nos documentos que irão compor o plano legal das políticas educacionais atuais, essas mudanças não podem ser concebidas como desprovidas da lógica capitalista.

Assim, sem pretender abordar em profundidade esta questão, ressalta-se que ao se destacar nos documentos legais o conjunto de orientações que irão delinear as políticas de EaD e sua articulação com educação profissional, uma vez que estaremos estudando a Rede e-Tec Brasil, tais proposições sofreram influências do

neoliberalismo, considerado pelos críticos “como uma forma engenhosa de lidar com a crise do capitalismo” e, portanto, devem ser interpretadas como eivadas pela antiga determinação de acumular capital e de manter a exclusão social. (SILVA, 1997, p. 26, 27).

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Em se tratando do Brasil, a institucionalização da EaD está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e em outros documentos da legislação educacional, conferindo à modalidade o *status* de política pública pelo seu reconhecimento oficial.

No que se refere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB no. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, a educação à distância é referenciada no parágrafo 4º, do inciso IV, do artigo 32 como uma modalidade destinada à “complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”, sendo atribuída aos municípios, no inciso 2, do artigo 87, “a responsabilidade pela provisão de cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados”. O artigo 80 da referida lei determina, por sua vez, que o poder público incentive “o desenvolvimento e a veiculação de programas de EaD, em todos os níveis e modalidade de ensino e de educação continuada”. (BRASIL, 1996, não paginado).

O Decreto no. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, por sua vez, estabelece a regulamentação oficial da EaD. Tal regulamentação torna-se explícita na medida em que o documento estabelece uma definição para a EaD, especifica os níveis e modalidades educacionais em que esta poderá ser ofertada, discorre sobre a avaliação do desempenho do estudante e da certificação, e atribui ao Ministério da Educação (MEC) a competência para organizar em regime de colaboração, a padronização de normas e procedimentos referentes ao credenciamento e à autorização de funcionamento de cursos ou programas a distância. (BRASIL, 2005).

Quanto à definição de EaD, o decreto a caracteriza como uma modalidade educacional, conforme artigo 1º:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, não paginado).

Outro aspecto concernente à caracterização da EaD, no artigo 1, parágrafo 1º, é que a EaD se norteia por uma metodologia, gestão e avaliação peculiares, sendo prevista a obrigatoriedade de realização de momentos presenciais relativos à avaliação dos estudantes, aos estágios obrigatórios e à elaboração e defesa de trabalhos de conclusão de curso. (BRASIL, 2005).

Nos anos seguintes, registram-se na esfera governamental a criação de mais dois programas na modalidade de EaD, a Universidade Aberta do Brasil, em 2005, e o Programa Rede e-Tec Brasil, em 2007, concebido, inicialmente, como Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil, os quais são implementados pelo

Ministério da Educação com o propósito de democratizar e ampliar o acesso, respectivamente, à educação superior, tratando-se da UAB, e ao ensino técnico, público e gratuito, no caso do Programa e-Tec Brasil.

Finalmente, a partir das considerações acerca dos principais documentos legais que estabelecem as diretrizes para a oferta de EaD, destaca-se o impulso que essa modalidade alcançou nos últimos anos, promovendo a ampliação e a democratização do acesso à educação pública no Brasil, sendo sua oferta em nível superior por meio da UAB e, no nível técnico, através do programa Rede e-Tec Brasil, para o qual, no tópico seguinte, dedica-se uma breve contextualização de sua criação no Brasil e no Acre, na medida em que este programa integra o objeto de estudo dessa investigação.

2.2 A REDE E-TEC BRASIL NO CONTEXTO NACIONAL

A Rede e-Tec Brasil é uma ação do Governo Federal sob a coordenação da Secretaria de Educação profissional e Tecnológica (SETEC) que oferta formação profissional e tem por finalidade democratizar o acesso à educação profissional pública de qualidade e gratuita.

O programa Rede e-Tec Brasil foi implementado em 2007, sob a denominação de “Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil”. Seu lançamento ocorreu por ocasião do *I Seminário de Ensino Técnico a Distância*, realizado no período 04 a 06 de junho de 2007, com o objetivo de socializar as experiências de formação superior e profissional de nível médio em EaD. (AYROZA et al., 2011).

Inicialmente, se contemplou as experiências em nível superior e em nível técnico, na modalidade a distância, desenvolvida pelas redes públicas em todo o país e, em seguida, foram lançadas as diretrizes do Programa e-Tec Brasil, institucionalizadas pelo Decreto nº 6.301 de 13 de dezembro de 2007, promulgado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação profissional e Tecnológica (SETEC) e a Secretaria de Educação a Distância (SEED). (BARBOSA, FERREIRA e PACHECO, 2012).

Em 27 de outubro de 2011, com a publicação do Decreto nº 7589 institui-se o Programa Rede e-Tec Brasil no âmbito do Ministério da Educação e revoga-se o Decreto no. 6.301 de 13 de dezembro de 2007 que criou o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil.

Segundo o Decreto nº 7589, o programa tem como finalidade “desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação gratuita no País”. (BRASIL, 2011, p. 1).

A composição da Rede e-Tec, segundo o Artigo 2º, será mediante adesão de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica, de unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem, ofertantes de cursos de educação profissional e tecnológica e de instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino. (BRASIL, 2011, p. 1)

Quanto aos objetivos do programa, o Artigo 3º faz referência aos relacionados a seguir:

Art. 3º São objetivos da Rede e-Tec Brasil:

I - estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade a distância, em rede nacional;

II - expandir e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;

III - permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;

IV - contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos;

V - permitir às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;

VI - promover o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;

VII - promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica; e

VIII - permitir o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância. (BRASIL, 2011, p. 2-3).

2.3 A REDE E-TEC BRASIL NO CONTEXTO DO ESTADO DO ACRE

Com um território de 152.581,388 km², de acordo com a nova divisão da linha Cunha Gomes, o estado possui 22 municípios que integram 2 mesorregiões: Vale do Acre e Vale do Juruá. Estas duas mesorregiões, por sua vez, são subdivididas em 5 regionais: Baixo Acre, Alto Acre e Purus (localizadas no Vale do Acre); e Juruá e Tarauacá-Envira (situadas no Vale do Juruá). Segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010), a população acreana é de 733.559 habitantes, com uma taxa de urbanização de 72,56% e uma taxa média de crescimento anual de 2,77%. Na Capital Rio Branco, o número de habitantes é de 336.038, sendo 308.545 localizados na área urbana e 27.493 na área rural. A taxa de urbanização de Rio Branco é de 91,82%. No que diz respeito à população indígena, o Acre possui 305 aldeias com população total de 16.995. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE, 2008).

Outro dado a ser considerado é o fato do Acre possuir uma área de cobertura vegetal de 144.460,36 Km² (14.446.036 ha), isso corresponde 88% da área total do Estado, indicando o grande índice de conservação de suas florestas e, portanto, conferindo-lhe uma configuração físico-territorial na qual se encontram comunidades de difícil acesso, localidades com baixos investimentos em tecnologia da informação, além de sua população conviver com os constantes desafios próprios de uma região com características tão peculiares no que se refere a sua caracterização geográfica. (ACRE, 2011).

Portanto, quando se considera a proposta da EaD em relação à caracterização do Acre, esta pode ser avaliada como uma modalidade viável pelas possibilidades de alcance que a modalidade tem, principalmente, às comunidades de difícil acesso como é o caso do Município de Manoel Urbano, local onde a pesquisa foi realizada.

A Rede e-Tec Brasil foi implantada no Acre no ano de 2007 pelo Instituto Estadual de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Dom Moacyr (doravante, Instituto Dom Moacyr – IDM), criado através da Lei 1.695 de 21 de dezembro de 2005, como a autarquia responsável pelas políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica da Rede Estadual, sendo dotada de autonomia administrativa, financeira e pedagógica, vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Esporte.

Dentre os municípios do Estado a serem beneficiados pela Rede e-Tec Brasil, encontra-se o município de Manoel Urbano, localizado na região central do Estado, na regional de Tarauacá/Envira, situado à margem esquerda do Rio Purus, a 238 km da capital, com acesso pela rodovia BR 364, pelo rio Purus ou por via aérea, onde se utiliza uma pista de pouso para pequenas aeronaves. Sua população é de 7.981 habitantes e sua área é de 10.634,462 Km². (IBGE,2010).

Atualmente, 75 educandos de Manoel Urbano estão sendo atendidos pela Rede e-Tec Brasil com os cursos de Gestão Pública, Administração e Eletroeletrônica.

2.4 OS CONCEITOS DE “DISTÂNCIA REAL” E “DISTÂNCIA IMAGINÁRIA” À LUZ DAS CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DA EAD.

Apesar dos avanços discutidos até o presente momento, restam alguns desafios à EaD. O primeiro indica para a importância de se observar os pressupostos teóricos que orientam as atuais diretrizes da EaD, privilegiando a concepção e a corrente filosófica que defendem a ação educativa como um ato de aproximação de distâncias e de construção do conhecimento, considerados como inerentes às situações de aprendizagem mediadas nas plataformas virtuais. O segundo refere-se à necessidade de superação de preconceitos que permeiam o imaginário das pessoas e encontram-se relacionados ao modelo de EaD, fundamentado no behaviorismo.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio são estabelecidos os pressupostos considerados básicos como garantia da qualidade da aprendizagem dessa modalidade educacional, quais sejam:

- a) a relação professor-aluno; b) a existência de uma instituição responsável pelo planejamento, pela preparação dos materiais didáticos e pelo fornecimento de apoio ao aluno e gestão de todo o processo; c) a utilização de meios de comunicação: impressos, materiais audiovisual, redes de computação, telefones, fax e outros para apresentar os conteúdos do curso; d) o tratamento e apresentação dos conteúdos de maneira que levem à aprendizagem, respeitando as características dos alunos, sua experiência de vida, de forma direta, clara e agradável; e) a implementação de formas

de comunicação professor/aluno - ou instituição educacional - para assistência ao aluno; f) a avaliação no processo permitindo ao aluno acompanhar seu próprio desenvolvimento e g) a observação das diretrizes curriculares nacionais, no caso de cursos que conduzem à certificação. (BRASIL, 2002, p. 16-21).

Tomando como referência os pressupostos propostos pelo Parecer 41/2002, foram estabelecidos os pressupostos teóricos desta pesquisa que subsidiarão a análise e a descrição dos dados.

Embora os pressupostos estabelecidos no Parecer sejam considerados como requisitos de qualidade para os cursos de EaD, por aproximarem distâncias, sabe-se que dependendo dos fatores que integram o contexto em que o curso está sendo executado, estes podem se tornar em desafios, estabelecendo distâncias, na medida em que as condições estruturais do curso os inviabilizem por alguma razão.

Em relação ao segundo desafio, que discorrerá sobre os preconceitos à EaD, são feitas considerações à luz de posicionamento de alguns autores, demonstrados, a seguir:

[...] a exemplo do que acontece nos dias atuais, as iniciativas de EAD eram tidas como de baixo nível, faziam parte dos ideais de democratização do ensino, mas sofriam preconceitos e tinham o estigma de ser um ensino destinado às massas, à população marginalizada, para compensar os atrasos educativos provocados pelo modelo capitalista de desenvolvimento. (Mugnol, 2009, p. 337).

[...] embora avanços importantes tenham acontecido nos últimos anos [referindo-se aEAD], ainda há um caminho a percorrer para que a Educação a Distância possa ocupar um espaço de destaque no meio educacional, em todos os níveis, vencendo, inclusive, o preconceito de que os cursos oferecidos na Educação a Distância não possuem controle de aprendizado e não têm regulamentação adequada. (Alves, 2011, p. 90)

[...] ainda há resistências e preconceitos e ainda estamos aprendendo a gerenciar processos complexos de EAD, mas um país do tamanho do Brasil só pode conseguir superar sua defasagem educacional através do uso intensivo de tecnologias em rede, da flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, da gestão integrada de modelos presenciais e digitais. (Moran, 2011, p.1)

Tais desafios, tantos os que se referem aos pressupostos relativos à garantia da qualidade dos cursos a distância quanto aos preconceitos sobre a EaD, vão se constituir como os fundamentos que irão ancorar as discussões sobre os conceitos, respectivamente, de “distâncias reais” e “distâncias imaginárias”.

Resumindo a discussão, as distâncias reais irão corresponder ao conjunto dos desafios que se relacionam aos itens arrolados como pressupostos que visam à qualidade dos cursos em EaD, averiguando, porventura, sem decorrência de fatores externos, eles estabelecem distância ou aproximação entre o estudante e a aprendizagem; enquanto as distâncias imaginárias correspondem às concepções relacionadas à cultura que se traduzem pelas resistências e preconceitos que residem no imaginário das pessoas sobre a formação oferecida em EaD.

2.5 METODOLOGIA

Para a realização do estudo sobre a EaD no Acre a partir do levantamento das distâncias reais e imaginárias enfrentadas pelos estudantes da Rede e-Tec Brasil, no município de Manoel Urbano, adotou-se como metodologia a pesquisa do tipo levantamento por amostragem, visando sistematizar as distâncias reais e imaginárias que caracterizam localidades de difícil acesso, baseando-se nos depoimentos de estudantes dos cursos da Rede e-Tec Brasil, oferecidos no município de Manoel Urbano, a saber: Curso Técnico em Serviços Públicos e Curso de Administração, no ano de 2012, e Curso Técnico em Eletrônica que se encontra em execução.

O procedimento metodológico adotado para a coleta dos dados foi uma entrevista realizada por meio da aplicação de um questionário, e como critério para a composição da amostra, optou-se pela adesão dos estudantes para responder o questionário. A amostra deveria alcançar o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total geral das matrículas nos três cursos, que correspondem a 70 (setenta) estudantes.

O estabelecimento desse critério se justifica pela dificuldade de aplicar o questionário a todos os estudantes, considerando que: alguns estudantes moram na zona rural e em localidades de difícil acesso; dos três cursos que compõem a amostra, os cursos Técnico em Serviços Públicos e Técnico em Administração já foram concluídos, sendo mais fácil, portanto, entrevistar os estudantes do curso Técnico em Eletroeletrônica; a participação do cursista na entrevista é voluntária.

Conforme se pode observar, caso não fosse estabelecido um critério mínimo para a composição da amostra, as três razões mencionadas poderiam impossibilitar a realização da pesquisa, quando se considera como relevantes outros fatores como a otimização do tempo e o deslocamento ao município para proceder a aplicação do instrumento.

O questionário é composto por questões de múltiplas escolhas, onde os cursistas assinalam a alternativa que lhe for coerente, e por questões discursivas, nas quais estes expressam suas opiniões mais livremente. Quanto à sua concepção e estrutura, o primeiro item do questionário é a identificação do curso, seguida de um texto introdutório com o convite ao estudante e às instruções a participarem da pesquisa. Logo após, são relacionadas variáveis sociais e, posteriormente, enumeradas as questões da pesquisa, elaboradas com a finalidade de saber se os pressupostos estabelecidos pela EaD, concebidos como requisitos de qualidade por aproximarem distâncias entre estudantes e aprendizagem, passam a ser percebidos como causadores de distâncias e não de aproximação, no contexto da pesquisa.

Para identificar as distâncias reais, foram elaboradas perguntas que contemplam os seguintes pressupostos teóricos: a) a assistência ou acompanhamento dispensado ao estudante durante a realização do curso; b) a interação do estudante com as atividades de ensino-aprendizagem, tanto presencial quanto a distância; c) a promoção do diálogo entre os mediadores da aprendizagem

e o estudante; d) o respeito ao ritmo, ao tempo e ao espaço de estudo do estudante quando se considera a carga horária do curso, das atividades presenciais, das atividades a distância e dos experimentos e atividades práticas presenciais; e) o desempenho da gestão do curso, considerando a atuação da coordenação geral e da equipe multidisciplinar; f) o acesso à plataforma e às aulas postadas em ambiente virtual; g) a utilização dos recursos tecnológicos e de comunicação como auxiliares do processo de ensino-aprendizagem; h) o material didático impresso; i) a relação do estudante com o conteúdo e com o material no ambiente virtual; j) os desafios enfrentados no processo ensino-aprendizagem a distância; l) as contribuições de um curso a distância; m) as dificuldades externas vivenciadas durante a execução do curso.

As perguntas que buscam apreender as “distâncias imaginárias” foram elaboradas a partir das concepções sobre a formação em EaD relacionadas à cultura e ao imaginário social que estudantes e comunidade manifestam, considerando os seguintes tópicos: a) a concepção inicial do estudante a respeito de um curso a distância; b) motivos que levaram o estudante a se matricular em um curso a distância; c) se o estudante após o ingresso na modalidade de EaD mudou sua opinião d) a avaliação dos cursos a distância por pessoas do convívio do estudante, antes deste realizar o curso e depois de concluí-lo.

2.6 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Com relação aos resultados, destaca-se que algumas distâncias percebidas pelos estudantes ocorreram de forma pontual e foram superadas ao longo do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, enquanto outras foram recorrentes e interferiram negativamente na aprendizagem, sem comprometer, porém, a qualidade do curso em sua totalidade.

Após a aplicação de um questionário aos alunos da Rede e-Tec Brasil, do município de Manoel Urbano, para a realização da pesquisa, cujo objeto de estudo era a caracterização das distâncias reais e imaginárias em relação à EaD, surgiram alguns indicadores que, sob uma ótica cautelosa, não devem ser compreendidos como verdades absolutas, mas sinalizam para um estudo mais aprofundado do assunto.

Dessa forma, configuram-se como:

Distâncias reais – a deficiência no acompanhamento ou assistência à aprendizagem, enfocando os esclarecimentos de dúvidas; a irregularidade do acompanhamento; a baixa promoção do diálogo entre os mediadores da aprendizagem e o estudante; o desalinhamento em relação ao ritmo, ao tempo e ao espaço de estudo do estudante quando se considera a carga horária das atividades presenciais, das atividades a distância, dos experimentos e atividades práticas presenciais.

Distâncias imaginárias – modalidade de ensino com alto grau de dificuldade; com pouco aprendido; dolorosa, apesar de ser avaliada com carinho; desconhecida; anteriormente, desvalorizada pelos estudantes; que não tinha

qualidade; modalidade em que se pensava que o estudante não tinha interesse em estudar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da discussão, restou a reflexão acerca do paradoxo instaurado: “a educação a distância enquanto educação que estabelece aproximação”. Embora a EaD seja considerada uma modalidade que aproxima distâncias, sabe-se que dependendo dos fatores que integram o contexto de execução de um curso, estes podem, em vez de aproximação, estabelecer distâncias, na medida em que as condições estruturais do curso os inviabilizem por alguma razão.

Das considerações sobre a caracterização das distâncias reais, conclui-se que ao comparar os resultados da análise quantitativa com os da qualitativa, há a confirmação dos resultados, com exceção de alguns dados que em decorrência da estruturação das perguntas podem ser considerados como apresentando possíveis problemas de estruturação, passando a interferir na interpretação dos resultados e, por último, que algumas distâncias reais se revelam como pontuais e outras como de caráter permanente, perpassando as diferentes etapas do processo ensino e aprendizagem sem, porém, comprometerem o curso em sua totalidade.

Com relação às distâncias imaginárias, afirma-se que a caracterização destas quando comparada a das distâncias reais, ocorrem em escala menor e que, em relação a sua ocorrência, estas se caracterizaram como sendo pontuais, uma vez que os estudantes afirmam que depois de acessarem formação tiveram a opinião acerca dos cursos a distância modificada.

Por fim, reafirma-se que a EaD, apesar dos avanços, encontra desafios a serem superados tanto em relação aos fatores externos quanto aos processos pedagógicos que podem interferir negativamente na aprendizagem por estabelecerem distâncias reais, quanto pelos desafios relacionados aos preconceitos e resistências que subjazem na cultura e no imaginário dos próprios estudantes quanto daqueles que fazem parte de seu convívio. Com relação a esta questão, destaca-se que as possibilidades de acesso a uma formação que respeita o ritmo, o tempo, o espaço de estudo do estudante viabilizada pela EaD, ainda que atravessada por dificuldades decorrentes de infraestrutura e de resistências, representa uma possibilidade e a alternativa para a concretização de um ideal, independentemente da localização geográfica em que a pessoa se encontra.

4. REFERÊNCIAS

ACRE. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p. Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/.../ZEE-Acre-fasell Parte1-baixareol.pdf . Acesso em: 05 de out. de 2013.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação à distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas. In: Antonio Joaquim Severino; Ivani Catarina

- Fazenda. (Org.). Políticas educacionais: o ensino nacional em questão. Campinas: Papirus, 2003. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/ead/content/download/9702/.../ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 02 de abr. de 2013.
- ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Associação Brasileira de Educação a Distância: Revista Brasileira da Aprendizagem Aberta e a Distância. São Paulo, v. 10, p. 83-92, 2011. Disponível em: www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/.../Artigo_07.pdf. Acesso em: 02 de abr. de 2013.
- AYROSA, Cristina Maria et. al. O Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Te Brasil): educação profissional em ação. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, 2011. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq13/16%20_o_programa_cp13.pdf. Acesso em: 04 de out. 2013.
- BARBOSA, Marcos Antonio, FERREIRA, Antônio, PACHECO, Marinêz Menoncin. Programa e-Tec Brasil: a experiência do Instituto Federal do Paraná/EAD. In: III Simpósio de Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia, Paraná, 2012. Disponível in: https://www.google.com.br/search?q=Programa+e-Tec+Brasil%3A+a+experi%C3%Aancia+do+Instituto+Federal+do+Paran%C3%A1%2FEAD&oq=Programa+eTec+Brasil%3A+a+experi%C3%Aancia+do+Instituto+Federal+do+Paran%C3%A1%2FEAD&aqs=chrome..69i57.1021j0j4&sourceid=chrome&espv=210&es_sm=93&ie=UTF-8. Acesso em: 03 de out. 2013.
- BARBOSA, Maria de Fátima S. O.; REZENDE, Flávia. A prática dos tutores em um programa de formação pedagógica a distância: avanços e desafios. Interface. Comunic, Saúde, Educ, v.10, n.20, p.473-86, jul/dez 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832006000200014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 de abr. de 2013.
- BRASIL. Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 02 de Abr. 2013.
- _____. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 02 de abr. 2013.
- _____. Parecer CNE/CEB 41 de 23 de dezembro de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de dez. 2002, Seção 1, p. 167. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf. Acesso em: 06 de out. de 2013.

_____. Parecer CNE/CEB 41 de 23 de dezembro de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de dez. 2002, Seção 1, p. 167. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf. Acesso em: 06 de out. de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, MEC. Câmara de Educação Básica. (2002). Diretrizes Nacionais para a Educação a Distância no âmbito da Educação Básica. Relatores: Gouveia, S F. & Bizzo, N. M. V. CNE/MEC.

GALVANIN, Beatriz. Reforma do sistema educacional dos anos 90: breves considerações sobre os aspectos históricos, econômicos, e políticos. Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, Ourinhos/SP, n. 03, 2005.

GATTI, Bernadete A. A pesquisa quantitativa em educação, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE. Caracterização socioambiental das Bacias Hidrográficas do Estado do Acre. Disponível em: <http://www.mp.ac.gov.br/wp-content/files/APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 06 de out. de 2013.

MORAN, José Manuel. A educação a distância como opção estratégica. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/estrategica.htm>. Acesso em: 01 de abr. 2013.

_____. Desafios da educação a distância no Brasil. Disponível em: www.eca.usp.br/prof/moran/desafios_ead.pdf. Acesso em: 01 de abr. 2013.

MUGNOL, Marcio. A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2738&dd99=pdf. Acesso em: 01 de abr. 2013.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. A nova LDB: do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal. In: SILVA, Carmem Silvia Bissolli e MACHADO, Lourdes Marcelino. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 1997, p-23-38. Disponível em: http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/direito/00593%20-%20Nova%20LDB%20Trajet%F3ria%20Para%20a%20Cidadania_.pdf. Acesso em: em 08 de out. de 2013.

TORI, Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora São Paulo Senac, 2010.

UNESCO. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/manoel-urbano_ac. Acesso em 08 de out. de 2013.